



COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

PROJETO DE LEI N.º 4.591, DE 2004 **(Apensado: PL n.º 4.640/2004)**

Altera a Lei 10.482, de 3 de julho de 2002, que dispõe sobre os depósitos judiciais e extrajudiciais de tributos, no âmbito dos Estados e do Distrito Federal e dá outras providências.

AUTOR: Deputado EDUARDO CUNHA
RELATOR: Deputado JOÃO MAGALHÃES

COMPLEMENTAÇÃO DE VOTO

As proposições em epígrafe foram objeto de voto favorável de nossa parte, com Substitutivo, ao qual foi apresentada uma emenda, por nós acatada. Todavia, durante a discussão da matéria, foram apresentadas considerações sobre o Substitutivo, que acolho como oportunas e convenientes, conforme passamos a citar:

O artigo 1º do Substitutivo visa alterar o artigo 1º da Lei nº 10.482, de 3 de julho de 2002. A partir das considerações acolhidas, no Substitutivo, o *caput* do artigo 1º da Lei nº 10.482/02 passa a ter a seguinte redação: “*Art. 1º Os depósitos judiciais e extrajudiciais, e quanto a estes sem prejuízo do § 4º deste artigo, em dinheiro, já constituídos e que vierem a se constituir, referentes a processos judiciais ou administrativos em que a Fazenda dos Estados ou do Distrito Federal seja parte, inclusive os valores relativos a tributos inscritos em dívida ativa e respectivos acessórios, serão repassados pela instituição financeira depositária à conta única de cada Estado ou do Distrito Federal, no montante de 70% (setenta por cento) do saldo*”.



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Comissão de Finanças e Tributação

O mesmo artigo 1º do Substitutivo acrescentou cinco parágrafos ao artigo 1º da Lei nº 10.482/02. Com base nas considerações acolhidas durante a discussão da matéria, foram alterados, no Substitutivo, os §§ 1º e 4º.

O § 1º passará a ter a seguinte redação: “§ 1º *Por instituição financeira, respeitar-se-á o disposto no § 3º do art. 164 da Constituição Federal, e, à hipótese de inexistir instituição financeira estadual ou distrital oficial, o ente federativo credor dos depósitos poderá selecionar, por licitação, instituição financeira.*”, suprimindo a expressão “*privada na conformidade do disposto in fine do referido § 3º do art. 164 da Constituição Federal ou contratar com base na Medida Provisória n.º 2.192-70, de 24 de agosto de 2001, arts. 4º, § 1º e 29, parágrafo único*”.

Já o § 4º passará a ter a seguinte redação: § 4º *Os depósitos de que trata esta Lei, a partir da data da sua publicação e à medida em que se forem concretizando, em instituição financeira como disposto nesta Lei, serão repassados em até 5 (cinco) dias úteis da sua efetivação à conta única de cada Estado ou do Distrito Federal, pelo total único dos 70% (setenta por cento) dos montantes totais de tais depósitos.*

Por fim, acatamos a sugestão de supressão do Parágrafo Único do artigo 5º- A da emenda aditiva nº 01/05 apresentada ao Substitutivo.

Diante do exposto, ratificamos nosso voto pela não implicação da matéria com aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária do Projeto de Lei nº 4.591, de 2004, do PL nº 4.640/04, apensado, e da emenda ao Substitutivo e, no mérito, pela aprovação do Projeto de Lei nº 4.591, de 2004, do PL nº 4.640/04, apensado, nos termos do Substitutivo apresentado, e da emenda ao Substitutivo, com as subemendas nºs 1 e 2, anexas.



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Comissão de Finanças e Tributação

Sala da Comissão, em 8 de junho de 2005.

Deputado **JOÃO MAGALHÃES**
Relator



COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

PROJETO DE LEI N.º 4.591, DE 2004
(Apensado: PL n.º 4.640/2004)

Altera a Lei 10.482, de 3 de julho de 2002, que dispõe sobre os depósitos judiciais e extrajudiciais de tributos, no âmbito dos Estados e do Distrito Federal e dá outras providências.

AUTOR: Deputado EDUARDO CUNHA
RELATOR: Deputado JOÃO MAGALHÃES

SUBEMENDA N.º 1 AO SUBSTITUTIVO

Dê-se ao artigo 1º do Substitutivo a seguinte redação:

"Art. 1º. O art. 1º da Lei nº 10.482, de 03 de julho de 2002, passa a vigorar com a seguinte redação:

'Art. 1º Os depósitos judiciais e extrajudiciais, e quanto a estes sem prejuízo do § 4º deste artigo, em dinheiro, já constituídos e que vierem a se constituir, referentes a processos judiciais ou administrativos em que a Fazenda dos Estados ou do Distrito Federal seja parte, inclusive os valores relativos a tributos inscritos em dívida ativa e respectivos acessórios, serão repassados pela instituição financeira depositária à conta única de cada Estado ou do Distrito Federal, no montante de 70% (setenta por cento) do saldo.

§ 1º Por instituição financeira, respeitar-se-á o disposto no § 3º do art. 164 da Constituição Federal, e, à hipótese de inexistir instituição financeira estadual ou distrital oficial, o ente federativo credor dos depósitos poderá selecionar, por licitação, instituição financeira.



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Comissão de Finanças e Tributação

§ 2º

.....

§ 3º

.....

§ 4º- *Os depósitos de que trata esta Lei, a partir da data da sua publicação e à medida em que se forem concretizando, em instituição financeira como disposto nesta Lei, serão repassados em até 5 (cinco) dias úteis da sua efetivação à conta única de cada Estado ou do Distrito Federal, pelo total único dos 70% (setenta por cento) dos montantes totais de tais depósitos.*

§ 5º

..... ' "

Sala da Comissão, em 8 de junho de 2005.

Deputado **JOÃO MAGALHÃES**
Relator



COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

PROJETO DE LEI N.º 4.591, DE 2004
(Apensado: PL n.º 4.640/2004)

Altera a Lei 10.482, de 3 de julho de 2002, que dispõe sobre os depósitos judiciais e extrajudiciais de tributos, no âmbito dos Estados e do Distrito Federal e dá outras providências.

AUTOR: Deputado EDUARDO CUNHA
RELATOR: Deputado JOÃO MAGALHÃES

SUBEMENDA N.º 2 AO SUBSTITUTIVO

Suprima-se o Parágrafo Único, do artigo 5º-A da emenda aditiva nº 01/05 apresentada ao Substitutivo.

Sala da Comissão, em 8 de junho de 2005.

Relator Deputado **JOÃO MAGALHÃES**